

Programa de educação parental “Em Equilíbrio”: Estudo crítico-reflexivo

Nuno Craveiro¹ e Ana Paula Relvas²

Parent education program “Em Equilíbrio”: Critical-reflexive study

Abstract

This study presents a critical reflection on the parents’ education program “Em Equilíbrio”, implemented within an inter-institutional network, following a logic of selective intervention, with the overall aim of promoting the development of parenting skills. The results obtained point to the program’s impact on key factors of parenting and family dynamics related to the prevention of antisocial behavior and child abuse. The study concludes that there is a good fit between the goals of the program and its implementation methodology. Its main asset is the promotion and involvement of the family’s formal network and the aspects to improve are the objectivity of the participants’ selection process, availability of supervision, centrality of intervention and the evaluation model.

Keywords: parental education; family; parenting; prevention

Resumo

O presente estudo apresenta uma reflexão crítica sobre o programa de educação parental “Em Equilíbrio”, implementado numa rede interinstitucional, numa lógica de intervenção

1 Câmara Municipal de Ílhavo. Email: ncraveiro@gmail.com

2 Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra. Centro de Estudos Sociais. Email: aprelvas@fpce.uc.pt

seletiva, tendo como objetivo geral a promoção do desenvolvimento de competências parentais. Os resultados alcançados apontam para o impacto do programa em fatores-chave da parentalidade e dinâmica familiar, relacionados com a prevenção do comportamento antissocial e dos maus tratos infantis. O estudo conclui que existe um bom ajustamento entre os objetivos do programa e a sua metodologia de implementação. A sua principal mais-valia é a dinamização e envolvimento da rede formal das famílias e os aspetos a melhorar são a objetividade da seleção dos participantes, disponibilidade de supervisão, a centralidade interventiva e o modelo de avaliação.

Palavras-chave: educação parental; família; parentalidade; prevenção

INTRODUÇÃO

O objetivo deste estudo é analisar empiricamente o trabalho realizado através da criação e implementação do programa de educação parental “Em Equilíbrio”³, no contexto do Projeto RIA – Rede de Intervenção de Aveiro e da Câmara Municipal de Ílhavo. A relevância do programa, e consequentemente da sua análise, advém do facto de este constituir uma resposta a uma necessidade – criação de um modelo de educação parental adequado ao público-alvo e à rede de parceiros que o integram, de uma forma complementar a outras ações que foram desenvolvidas. Foi implementado, sucessivamente avaliado e reformulado, tendo já sido realizadas 11 edições, continuando, na atualidade, a ser replicado noutras instituições em Aveiro e em Ílhavo.

ENQUADRAMENTO CONCEPTUAL

Gaspar (2005) traça as linhas gerais do desenvolvimento da educação familiar enquanto forma de intervenção com as famílias (ou, mais especificamente, de intervenção com pais, podendo ser designada por educação parental), partindo

3 O programa de educação parental “Em Equilíbrio” foi planeado e desenvolvido no âmbito do Projeto RIA – Rede de Intervenção de Aveiro, entre 2005 e 2010, no âmbito da Medida 1 do PROGRIDE – Programa para a Inclusão e Desenvolvimento, criado pela Portaria 730/2004 (2004) do Ministério do Trabalho e da Segurança Social. A Rede Social de Aveiro elaborou o Projeto RIA composto por 11 ações que se centravam na problemática das famílias em risco do concelho de Aveiro, tendo como entidades promotora, financiadora e executora, respetivamente, a Câmara Municipal de Aveiro, o Instituto da Segurança Social, I.P. e o Centro Social de Azurva.

Depois de criado e desenvolvido neste contexto, o programa foi replicado, no Concelho de Aveiro (com o apoio da equipa do Projeto RIA), pelas equipas dos protocolos do Rendimento Social de Inserção (RSI), integrando famílias beneficiárias desta medida de apoio social. No Concelho de Ílhavo, no âmbito da atividade profissional que desenvolvemos na Câmara Municipal, temos vindo a implementar o mesmo programa, no contexto do Atendimento Social Integrado (ASI) do município.

da perspectiva de Durning (1999), que identifica as raízes da emergência atual desta disciplina. A autora conclui que se verificou um movimento socio-histórico cultural no sentido de uma modalidade de intervenção desenvolvida por pessoas mais profissionalizadas e mandatadas pelo Estado.

A família atual vive num contexto de profundas transformações sociodemográficas associadas ao desemprego, emprego precário, ao aumento da atividade feminina e ao crescimento exponencial da monoparentalidade por divórcio. Estas transformações consubstanciaram-se num aumento do stresse associado à vida quotidiana e num impacto nas relações familiares e, especificamente, no desempenho da parentalidade. Segundo Sanders e Pickering (2015), existe uma grande influência da qualidade da parentalidade recebida pelas crianças no seu percurso de desenvolvimento, existindo evidências substanciais que relacionam práticas parentais precoces com quase todos os aspetos do desenvolvimento da criança (Sanders & Pickering, 2015, p. 269). De acordo com Kagan (1995), a consciência do impacto das transformações sociais na vida familiar tornou-se presente no conhecimento científico e na consciência pública, tendo-se verificado uma proliferação de programas de suporte familiar e educação parental, que possuem como princípios comuns: 1) a prevenção e otimização dos comportamentos, em detrimento do tratamento; 2) o envolvimento da família, na sua globalidade, bem como da comunidade; 3) o comprometimento da família como participante ativa no planeamento e execução dos programas, em vez de a considerarem “cliente passivo”; 4) a abertura à diversidade cultural; 5) a avaliação das necessidades, programação e avaliação centrada nas forças; e 6) a existência de recursos humanos mais flexíveis (Dunst & Trivette, 1994, citado em Kagan, 1995).

Gaspar (2003, 2005) considera a existência de um novo paradigma para as intervenções designadas de educação parental, centrado numa visão de família enquanto célula primordial da sociedade (e espaço de desenvolvimento, educação e socialização), na validação da multiplicidade de famílias que emanaram das transformações sociodemográficas das últimas décadas e numa visão pós-moderna construcionista dos papéis e do sistema familiar. Segundo a autora, nas últimas décadas do século XX processou-se uma mudança de uma educação parental remediativa, alicerçada numa visão do profissional-especialista, com uma forte componente de controlo social, para um modelo de tipo sociocultural, bioecológico, multissistémico, baseado nas potencialidades. Com a mudança de paradigma, as definições atuais de educação parental envolvem uma componente pessoal e experiencial dos pais, em que é dada centralidade aos seus sentimentos, motivações, atitudes e valores distinguindo-se, assim, de uma intervenção estritamente didática (Doherty, 1995). A educação familiar passa a ser concebida como “um conjunto de atividades educativas e de suporte, que ajudem os pais ou futuros pais a compreender as suas necessidades

sociais, emocionais, psicológicas, e físicas e as dos filhos e aumentem a qualidade das relações entre eles” (Pugh et al., 1997, citado em Gaspar, 2005, p. 4).

Mahoney et al. (1999) e Kaiser et al. (1999) defendem a necessidade de uma visão contemporânea da educação parental, como parte integrante da intervenção precoce, que clarifique a sua definição, resultados desejados, formação de base para os profissionais e linhas de investigação. A educação parental é definida como “um ato comunicacional, que é bidirecional (pais e profissionais participam na troca de informações), transacional (pais e profissionais mudam o seu comportamento em resposta ao que é expresso durante a comunicação) e baseado num propósito e foco de atenção partilhados (que são definidos pelos pais e pelos profissionais no início da interação e que podem ser transformados no seu decurso) (Kaiser et al., 1999, p. 174).

Num esforço para diferenciar a educação parental da Terapia Familiar, Doherty (1995) criou o Modelo dos Níveis de Envolvimento Familiar, com cinco níveis de envolvimento hierarquicamente organizados, em que a educação parental decorre nos níveis dois (informação e orientação, com uma dimensão colaborativa com as famílias), três (emoções e suporte, o nível ótimo para a maioria das intervenções de educação parental) e quatro (intervenções breves focalizadas, em famílias com necessidades especiais e situações de risco elevadas). A educação parental

deve ter maior profundidade pessoal que outras formas de educação, mas demasiada profundidade ou intensidade pode danificar os participantes [...], que devem ser capazes de contar a sua história, expressar os seus sentimentos e valores e ser encorajados a tentar novos comportamentos. (Doherty, 1995, p. 353)

Conceção, objetivos e implementação

O programa “Em Equilíbrio” foi construído e implementado numa rede de parceria interinstitucional, numa lógica de prevenção seletiva ou indicada, com uma modalidade de intervenção grupal, sendo direcionado a famílias em que se identificam fatores de risco relevantes (associados aos maus tratos infantis, toxicodependências, comportamento antissocial e desenvolvimento emocional futuro), ou a famílias em que se verificam problemáticas específicas.

O objetivo geral do programa prende-se com a promoção do desenvolvimento de competências parentais, através da sua (re)ativação, o que se concretiza nos seguintes objetivos específicos: a) aumentar a perceção dos pais relativamente às suas necessidades (sociais, emocionais, psicológicas e físicas), bem como dos seus filhos, de modo a aumentar a qualidade das relações entre ambos; b) favorecer o autoconhecimento, a autoestima e o bem-estar dos pais, dando ênfase a uma com-

ponente emocional e experiencial centrada nos sentimentos, motivações, atitudes e valores dos participantes; c) aumentar o bem-estar das famílias, desenvolvendo um trabalho complementar a outros tipos de intervenção (a nível terapêutico e social), que potencie os resultados obtidos; d) prevenir fenómenos como os maus tratos infantis, o desenvolvimento de comportamentos antissociais e as toxicodependências, intervindo precocemente nos fatores de risco e de proteção associados à parentalidade.

Para a consecução dos objetivos do programa “Em Equilíbrio”, os técnicos da rede de parceiros (psicólogos, técnicos de serviço social, educadores sociais, médicos, juristas, educadores de infância e outros técnicos com intervenção relevante nas famílias), organizaram-se em grupos de trabalho, que partilharam as decisões de fundo inerentes ao planeamento, implementação e avaliação do programa. Em cada grupo de trabalho existia um par de mediadores responsável pela facilitação das sessões, articulação dos intervenientes e coordenação dos recursos envolvidos.

A implementação do programa “Em Equilíbrio” obedeceu a quatro fases distintas: (1) preparatória, na qual eram tomadas decisões sobre a calendarização do programa, o grupo alvo a que este é direcionado, o local de funcionamento e as condições de implementação; (2) seleção de participantes, em que, mediante a aplicação de critérios específicos, se identificaram famílias com características, estrutura, dinâmica de funcionamento e fatores de risco que justificassem a intervenção ao nível da educação parental, distinguindo-as daquelas em que se torna mais premente uma abordagem terapêutica (Doherty, 1995; Abreu-Lima et al., 2010); (3) implementação, em que decorreram as sessões com as famílias envolvidas; e (4) avaliação, através da aplicação de instrumentos de avaliação criados para este efeito, direcionados a todos os intervenientes.

Tabela 1
Estrutura do Programa “Em Equilíbrio”

Sessões	Tipo/Objetivo	Responsáveis
Sessão 1	Apresentação, diagnóstico de necessidades e definição das regras do espaço	Mediadores
Sessão 2	Sessão temática	Dinamizador(es)
Sessão 3	Sessão temática	Dinamizador(es)
Sessão 4	Espaço de reflexão	Mediadores
Sessão 5	Sessão temática	Dinamizador(es)
Sessão 6	Sessão temática	Dinamizador(es)
Sessão 7	Espaço de reflexão	Mediadores
Sessão 8	Sessão temática	Dinamizador(es)
Sessão 9	Sessão temática	Dinamizador(es)
Sessão 10	Espaço de reflexão	Mediadores
Sessão 11	Sessão temática	Dinamizador(es)
Sessão 12	Balanço final	Mediadores
<i>Follow-up</i>	<i>Avaliação do impacto</i>	Mediadores

O programa “Em Equilíbrio” (cf. Tabela 1) ficou composto por 12 sessões semanais e uma sessão de *follow-up*, realizada passados três meses, em horários ajustados às necessidades das famílias, nas quais estiveram sempre presentes os mediadores e existindo sessões que contaram, ainda, com dinamizadores convidados. O programa incluiu sessões temáticas cuja definição era colaborativa e determinada pelas características do grupo alvo, sendo incluídos aspetos de índole mais geral (relacionados com o desenvolvimento individual e familiar, a saúde, a economia doméstica e o exercício da parentalidade) e assuntos específicos relacionados com o critério para a definição do grupo (por exemplo, adolescência, monoparentalidade, problemas de integração escolar).

OBJETIVOS DO ESTUDO

O objetivo geral do presente estudo foi avaliar a eficácia e ajustamento deste programa de educação parental no confronto com os objetivos que presidiram à sua conceção. Constituíram objetivos específicos: a) avaliar os resultados alcançados junto dos participantes (pais e técnicos) ao longo das diferentes edições do programa e o seu ajustamento aos objetivos inicialmente definidos; b) avaliar em que medida as opções metodológicas do programa de educação parental se revelam ajustadas; c) identificar domínios específicos que carecem de melhoria e desenvolvimento mais profundo.

METODOLOGIA

O presente estudo segue uma metodologia mista – quantitativa, com a análise descritiva da frequência das respostas aos questionários de avaliação global dos participantes aplicados no final de cada edição e qualitativa, com a análise temática da documentação de avaliação de 11 edições.

Edições e participantes

Uma análise das 68 famílias que integraram os diferentes grupos alvo, das 11 edições do programa “Em Equilíbrio” (cf. Tabela 2), permite verificar que 45 famílias (66.2%) foram famílias monoparentais; 23 famílias (33.8%), foram famílias nucleares intactas e em 17 destas, foi possível envolver ambos os elementos da díade parental.

Tabela 2
Edições do Programa "Em Equilíbrio"

Grupo	Ano	Grupo-alvo	Famílias	Participantes	Contexto	Entidades
I	2006	Famílias com filhos pequenos	5	10		
II	2006	Famílias com filhos na escola	6	11		
III	2007	Famílias com filhos adolescentes	4	7		
IV	2007	Famílias monoparentais	7	7		
V*	2008	Famílias monoparentais	7	7	Projeto RIA	13
VI*	2008	Famílias com filhos adolescentes com problemas de integração escolar	4	8		
VII	2009	Famílias monoparentais	3	3		
VIII	2009	Famílias do Bairro Moisés Cabicas	4	4		
IX	2010	Famílias monoparentais	6	6		
X	2011	Famílias monoparentais	10	10	ASI / CPCJ de Ílhavo	10
XI	2012	Famílias monoparentais	12	12		
Total			68	85		23

* Avaliação no âmbito do estudo de Abreu-Lima et al. (2010).

A larga maioria dos participantes (cf. Tabela 3) era do sexo feminino (80%), sendo a idade média dos pais 37.7 anos, com distribuição relativamente uniforme por todas as faixas etárias superiores a 26 anos. A faixa etária dos 31 aos 40 anos engloba 41.2% dos participantes. O número médio de filhos é de 2.3, sendo a média de idades de 9.9 anos.

Tabela 3
Caracterização dos Participantes - Famílias

		Total	%	Média
Sexo	Masculino	17	20.0	
	Feminino	68	80.0	
Zona de habitação	Rural	14	16.5	
	Urbano	71	83.5	
Distribuição etária	<25	6	7.1	
	26-30	13	15.3	
	31-35	18	21.2	
	36-40	17	20.0	
	41-45	16	18.8	
	>46	15	17.6	
Idade dos pais				37.7

Habilitações académicas		
S/ Habilitações	9	10.6
1º Ciclo	30	35.3
2º Ciclo	31	36.5
3º Ciclo	11	12.9
Ens. Secundário	4	4.7
Estudante	1	1.2
Trabalhador	31	36.5
Desempregado	39	45.9
Pensionista	4	4.7
Doméstica	10	11.8
Número de filhos		2.3
Idade dos filhos		9.9

Verifica-se, globalmente, um perfil de baixa escolaridade por parte dos pais, com 71.8% dos participantes com habilitações até ao 2º Ciclo do Ensino Básico e 17.6% com habilitações ao nível do 3º Ciclo do Ensino Básico ou Ensino Secundário. Existe primazia de pessoas em situação de desemprego (45.9%) e se a estas somarmos as participantes “domésticas”, verificamos que 57.7% dos participantes não se encontravam inseridos no mercado de trabalho.

Tabela 4
Caracterização dos Técnicos

		G. T. Restrito	Dinamizadores	Mediadores	Total
Sexo					
	Masculino	1	2	1	4
	Feminino	18	14	3	35
	Total	19	16	4	39
Formação de base					
	Psicologia	2	5	3	10
	Serviço Social	17	0	1	18
	Medicina	0	1	0	1
	Enfermagem	0	3	0	3
	Direito	0	3	0	3
	Outra	0	4	0	4
	Total	19	16	4	39

No que diz respeito aos 39 técnicos envolvidos na execução das onze edições do programa (cf. Tabela 4), a larga maioria é do sexo feminino (35). As formações de base mais representadas são o Serviço Social (18 técnicos) e a Psicologia (10 técnicos).

Procedimentos de recolha e análise dos dados

No que se refere ao estudo quantitativo, procedeu-se a uma estatística simples com cálculo das frequências das respostas dos pais às diferentes dimensões do questionário de avaliação global, aplicado na última sessão das sete primeiras edições do programa.

No que diz respeito ao estudo qualitativo, a análise temática efetuada teve início com uma pré-análise, em que se procedeu à escolha dos documentos a serem analisados. Partiu-se dos objetivos da investigação para elaborar um conjunto de indicadores com vista à orientação da exploração do texto. Foram também escolhidos os documentos a serem analisados: registos de sessões (de balanço final e de *follow-up*), registos de reuniões de avaliação levadas a cabo pelos grupos de trabalho responsáveis pela execução do programa e registos das análises qualitativas dos questionários de avaliação do impacto, aplicados aos técnicos.

Começou por se proceder a uma leitura flutuante, tomando um contacto exaustivo com o material escolhido. Procedeu-se, de seguida, à constituição de um *corpus* de material organizado, de acordo com os princípios da exaustividade (procurando abarcar todos os resultados relatados), representatividade (no que se refere à visão dos participantes e dos técnicos), homogeneidade (do ponto de vista dos temas e interlocutores) e pertinência (face aos objetivos delineados para o estudo).

Os objetivos que foram delineados para o programa “Em Equilíbrio” constituíram pressupostos e quadros orientadores para a pré-análise dos documentos selecionados, mas adotou-se uma postura de flexibilidade que permitisse favorecer a emergência de outros resultados e dimensões de impacto juntos dos participantes a partir dos relatos e conclusões analisadas.

Passou-se, depois, à exploração do material selecionado, começando com o recorte de frases que remetessem para relatos e conclusões (dos participantes e dos técnicos) a respeito do impacto do programa nos participantes e suas famílias, ou para impactos especiais junto de grupos alvo específicos. As frases recortadas foram, posteriormente, classificadas e agregadas em categorias teóricas, definidas com base nos objetivos do programa “Em Equilíbrio” e nos aspetos teóricos enquadramentos da intervenção ao nível da educação parental. Dentro destas categorias, procedeu-se, de seguida, à agregação das frases identificadas em tipos de mudança reportados pelos pais e técnicos.

A construção das categorias obedeceu a critérios de homogeneidade (com semelhança das frases a incluir em cada categoria), exaustividade (com uma recolha profunda do mesmo tipo de frases), exclusividade (com a inclusão de cada tema numa única categoria), objetividade e pertinência (face aos objetivos definidos).

Finalmente, procedeu-se a uma estatística simples com cálculo das frequências de cada uma das categorias e do tipo de mudança dentro de cada categoria, tratando, individualmente, os resultados obtidos com base em relatos dos pais e dos técnicos.

RESULTADOS

A análise das respostas aos questionários de avaliação global, apresentada na Tabela 5, permite constatar que a organização do programa foi avaliada como “muito boa” por 82.9% dos sujeitos que responderam aos questionários (41 dos 53 pais participantes, das sete primeiras edições, que constituem 48.2% dos sujeitos presentes nas 11 edições). Os mediadores e dinamizadores foram avaliados como “muito bons” por, respetivamente, 85.4% e 70.7% dos respondentes.

No que diz respeito à avaliação do grupo, 48.8% dos pais avaliaram o grupo em que se inseriram como “muito bom” e 46.3% como “bom”, sendo esta a dimensão de avaliação em que se verificou uma divisão mais equitativa das avaliações pelos dois níveis mais elevados. No que se refere aos temas abordados, 65.9% avaliaram-nos como “muito úteis”. Já as instalações e equipamentos foram avaliados por 53.7% como “bons” e por 41.5% como “muito bons”. No item que remete para o grau em que os pais participantes gostaram do programa, 85.4% responderam indicando “gostei muito”.

Tabela 5
Caracterização das Respostas dos Pais Participantes nas Sete Primeiras Edições do Programa “Em Equilíbrio”, aos Questionários de Avaliação Global

Dimensão	Níveis de avaliação	Total	%
Organização do programa	Muito fraca	0	0.0
	Fraca	1	2.4
	Mais ou menos	0	0.0
	Boa	6	14.6
	Muito boa	34	82.9
Mediadores	Muito fracos	0	0.0
	Fracos	0	0.0
	Mais ou menos	0	0.0

	Bons	6	14.6
	Muito bons	35	85.4
Dinamizadores	Muito fracos	0	0.0
	Fracos	0	0.0
	Mais ou menos	0	0.0
	Bons	12	29.3
	Muito bons	29	70.7
Grupo de participantes	Muito fraco	0	0.0
	Fraco	0	0.0
	Mais ou menos	2	4.9
	Bom	19	46.3
	Muito bom	20	48.8
Temas abordados	Inúteis	0	0.0
	Pouco úteis	0	0.0
	Mais ou menos úteis	0	0.0
	Úteis	14	34.1
	Muito úteis	27	65.9
Instalações e equipamentos	Muito maus	0	0.0
	Maus	0	0.0
	Mais ou menos	2	4.9
	Bons	22	53.7
	Muito Bons	17	41.5
Grau em que gostou do programa	Não gostei	0	0.0
	Gostei pouco	0	0.0
	Gostei mais ou menos	0	0.0
	Gostei	6	14.6
	Gostei muito	35	85.4
Mudanças na vida familiar	Nenhumas	0	0.0
	Poucas	1	2.4
	Algumas	12	29.3
	Bastantes	12	29.3
	Muitas	16	39.0

Todos os sujeitos que responderam a este questionário identificaram mudanças na vida familiar associadas à frequência do programa “Em Equilíbrio” (29.3% reportaram “algumas mudanças”, 29.3% “bastantes mudanças” e 39% “muitas mudanças”).

A análise temática ao impacto reportado pelos participantes permitiu identificar nove categorias de impacto na vida pessoal, papel parental e vida familiar (cf. Tabela 6).

Tabela 6

Resultado da Análise Temática do Impacto da Frequência do Programa Reportado pelos Pais Participantes

Categoria (frequência do tema)	Mudanças reportadas (peso relativo na categoria)
1. Autoconhecimento, autoestima e bem-estar dos pais (20.0%)	a. Aumento do autoconhecimento através da reflexão sobre o papel parental (33.3%); b. Aumento do sentimento de bem-estar pessoal (33.3%); c. Maior investimento na esfera pessoal (33.3%).
2. Definição de regras e gestão da disciplina dos filhos (14.8%)	a. Maior assertividade na negociação e definição de regras e limites em relação aos filhos (60.0%) b. Melhoria do comportamento dos filhos (20.0%); c. Maior concordância parental na definição de regras e limites (20.0%).
3. Gestão da vida familiar (13.3%)	a. Melhoria na gestão da economia doméstica (55.6%); b. Tomada de decisões concretas sobre aspetos legais das separações/divórcios (22.2%) c. Maior capacidade de fazer face a situações inesperadas (11.1%); d. Maior eficácia na gestão das rotinas familiares (11.1%);
4. Bem-estar familiar (12.6%)	a. Maior harmonia e bem-estar familiar (64.7%); b. Relações familiares mais gratificantes (23.5%); c. Melhoria das relações na fratria (11.8%).
5. Qualidade da relação pais-filhos (11.9%)	a. Aumento dos espaços e momentos de afeto (62.5%); c. Relações mais gratificantes com os filhos (18.8%); d. Maior diálogo entre pais e filhos (18.8%).
6. Perceção das necessidades dos filhos inerentes ao seu desenvolvimento (11.1%).	a. Aumento da consciência das necessidades dos filhos (33.3%); b. Melhoria na resposta às necessidades das crianças (33.3%); c. Promoção da autonomia dos filhos (33.3%).
7. Relação com a rede primária (8.9%)	a. Alargamento da rede pessoal social (66.7%); b. Aumento da perceção de integração social (16.7%); c. Diminuição do isolamento pessoal. (16.7%).
8. Envolvimento parental (4.4%)	a. Partilha de responsabilidades e tarefas na diáde parental (100.0%)
9. Relação com a rede secundária (3,0%)	a. Maior confiança nos serviços (50.0%) b. Mobilização para procura de ajuda terapêutica (50.0%).

A categoria em que se identificou maior percentagem (20.0%) de relatos/conclusões destes participantes foi a relativa ao *autoconhecimento, autoestima e bem-estar dos pais*. Dentro desta categoria foram identificados três tipos de mudanças reportadas, com o mesmo peso relativo (33.3%): *aumento do autoconhecimento através da reflexão sobre o papel parental; aumento do sentimento de bem-estar pessoal; maior investimento na esfera pessoal*.

A segunda categoria relaciona-se com o tema *definição de regras e gestão da disciplina dos filhos*, que corresponde a 14.8% dos relatos. Dentro desta categoria,

60.0% dos relatos incluem-se num tipo de mudança que remete para uma *maior assertividade na negociação e definição de regras e limites em relação aos filhos*.

Com um peso de 13.3% do total de afirmações a respeito do impacto do programa, surge a categoria *gestão da vida familiar*. Dentro desta categoria, o tipo de mudança relatado mais representativo é a *melhoria na gestão da economia doméstica* (55.8%).

As categorias *bem-estar familiar* (12.6%), *qualidade da relação pais-filhos* (11.9%), *perceção das necessidades inerentes ao desenvolvimento dos filhos* (11.1%), *relação com a rede primária* (8.9%), *envolvimento parental* (4.4%), e *relação com a rede secundária* (3.0%) englobam os restantes relatos enquadradores dos tipos de mudança identificados.

Tabela 7

Resultados da Análise Temática do Impacto do Programa Reportado pelos Técnicos Participantes

Categoria (frequência do tema)	Conclusões identificadas
1. Aumento da autoestima e bem-estar dos pais participantes (26.7%).	a. "As participantes evidenciam uma postura mais tranquila e confiante"; b. "Maior estabilidade emocional em algumas das participantes"; c. "Menor angústia perante imprevistos ou reações das crianças mais difíceis de controlar"; d. "Incremento da autoestima das participantes"
2. Relação com a rede primária (20.0%).	a. "Fortalecimento dos laços informais entre os participantes"; b. "Surgimento de relações diádicas de suporte emocional (entre participantes da mesma área geográfica de residência)"; c. "Alargamento das redes sociais pessoais".
3. Qualidade da relação pais-filhos (13.3%).	a. "Melhoria na relação com os filhos em termos de disciplina e afetividade"; b. "Mudanças na promoção da autonomia das crianças".
4. Aumento perceção de controlo dos pais (13.3%).	a. "Os participantes verbalizaram um maior sentimento de controlo sobre as dificuldades geradas pelos filhos e sobre a gestão de "crises" familiares"; b. "Desenvolvimento de uma maior perceção de controlo sobre as crianças/jovens e sobre a rotina familiar";
5. Complementaridade com outras formas de intervenção (13.3%).	a. "Mudanças mais rápidas e consistente nos papéis parentais, comparando com os resultados habitualmente alcançados numa abordagem mais individualizada"; b. "O programa constitui um bom complemento a outras formas de intervenção"
6. Bem-estar familiar (6.7%).	a. "Aumento da coesão familiar e conjugal"
7. Relação com a rede secundária (6.7%).	a. "Maior confiança na relação da família com os serviços".

Da análise temática das conclusões reportadas pelos técnicos (cf. Tabela 7) destacam-se duas categorias: *aumento da autoestima e bem-estar dos participantes* (26.7%) e *relação com a rede primária* (20.0%). A primeira categoria inclui conclusões que remetem para uma perceção por parte dos técnicos envolvidos de maior tranquilidade e confiança dos pais participantes, maior estabilidade emocional, menor angústia e incremento de autoestima. No que se refere à relação com a rede primária, identificam, essencialmente, um alargamento dessa rede decorrente das relações informais estabelecidas no grupo.

Foram identificados relatos de impacto, na mesma proporção (13.3%), para três categorias: *qualidade da relação pais-filhos* (em termos de disciplina, afetividade e promoção da autonomia); *aumento do sentimento de controlo dos pais* (em reação à gestão de crises inesperadas, aos filhos e às rotinas familiares); e *complementaridade com outras formas de intervenção* (com a identificação de algumas mudanças rápidas e consistentes comparativamente com outros tipos de abordagem individualizada).

De forma mais residual, correspondendo a 6.7% do total de conclusões, identificaram-se resultados relacionados com o *bem-estar familiar* (coesão familiar e conjugal) e *relação com a rede secundária* (maior confiança nos serviços).

Os grupos de trabalho responsáveis pela implementação do programa “Em Equilíbrio” consideraram que se verificou um especial impacto em dois grupos específicos: as famílias monoparentais e as famílias imigrantes. No caso das famílias monoparentais, em que a totalidade das participantes foram mulheres, parece ter-se verificado um impacto ao nível do alargamento da sua rede pessoal social, diminuição do isolamento, aumento do investimento na esfera pessoal. No que se refere às famílias imigrantes, apesar de falarmos de um universo muito reduzido (cinco famílias), os participantes reportaram a importância de tomarem contacto com os valores e práticas inerentes à forma de exercer o papel parental na nossa cultura e adaptarem os seus próprios valores e práticas parentais à nossa sociedade.

DISCUSSÃO

A análise temática efetuada aos relatos e conclusões dos pais e dos técnicos permitem verificar que existe um bom nível de ajustamento entre os objetivos inicialmente definidos para o programa e os resultados alcançados.

As categorias de resultados com maior expressão na análise temática de cada um dos grupos (pais e técnicos) apresentam similitudes, na medida em que ambas remetem para mudanças relacionadas com o aumento do autoconhecimento, autoestima e bem-estar dos pais. Os técnicos enfatizam mais as dimensões da autoestima

do bem-estar parental, ao passo que os pais introduzem, também, na forma como relatam as mudanças associadas à frequência do programa, uma dimensão de favorecimento do autoconhecimento pela reflexão.

De todas as categorias elencadas nos resultados da análise temática efetuada, cinco categorias são comuns a pais e técnicos: autoconhecimento, autoestima e bem-estar dos pais; bem-estar familiar; qualidade da relação pais-filhos; relação com a rede primária; relação com a rede secundária. Este facto é indiciador de que a percepção dos diferentes atores vai no mesmo sentido, verificando-se coerência nos resultados.

Estes resultados apontam para um sucesso na concretização do objetivo de favorecer o autoconhecimento, a autoestima e o bem-estar dos pais, dando ênfase a uma componente emocional e experiencial centrada nos sentimentos, motivações, atitudes e valores dos participantes, o que está em linha com o princípio de dar centralidade a estes aspetos em detrimento de uma abordagem estritamente pedagógica (Doherty, 1995; Pugh et al., 1997, citado em Gaspar, 2005).

No que se refere ao objetivo de alcançar um aumento da percepção dos pais das suas necessidades (sociais, emocionais, psicológicas e físicas), bem como das dos seus filhos, de modo a aumentar a qualidade das relações entre ambos, os resultados da análise temática dos relatos dos pais permitiram identificar mudanças que remetem para a sua concretização, ao passo que os resultados das conclusões dos técnicos são menos reveladores de um impacto ao nível da percepção das necessidades dos pais e das crianças.

Tendo presente os resultados relativos aos pais, no que se refere à percepção das necessidades dos próprios, dentro da categoria relacionada com o aumento do seu autoconhecimento, autoestima e bem-estar, um dos tipos de mudança reportados prende-se com um maior investimento na esfera pessoal dos próprios pais, o que se alia a um aumento do seu sentimento de bem-estar pessoal. Relataram, também, mudanças que remetem para um aumento da percepção das necessidades dos filhos (ainda que estas mudanças de insiram numa categoria com, apenas, 11.1% da totalidade dos relatos). Há outras categorias de resultados, como a da definição de regras e gestão da disciplina dos filhos e outras mudanças reportadas relacionadas com a afetividade e com as rotinas familiares que podemos considerar contribuir para um aumento da consciência dos pais em relação às necessidades dos filhos, por se centrarem em aspetos essenciais da educação e desenvolvimento das crianças. Estas mudanças são consonantes com o impacto de programas de educação parental identificados por outros autores (Abreu-Lima et al., 2010; Pehrson & Robinson, 1990) e que apontam para mudanças na empatia dos pais com as necessidades das crianças e para uma clarificação relativamente às suas próprias necessidades.

No que se refere ao objetivo do aumento do bem-estar das famílias, desenvolvendo um trabalho complementar a outros tipos de intervenção (a nível terapêutico

e social), quer os pais quer os técnicos relatam mudanças que são indiciadoras de um aumento do bem-estar familiar, com uma maior expressão por parte dos pais. O resultado da análise temática das conclusões dos técnicos permitiu verificar que estes consideraram existir uma boa complementaridade do programa com outras formas de intervenção e percebem que o programa potencia mudanças mais rápidas e consistentes nos participantes comparando com formas individualizadas de intervenção. Este aspeto vai ao encontro da evidência, assinalada por diversos autores, de que, na sua generalidade, os programas de educação parental assumem uma modalidade grupal e que esta apresenta potencialidades na promoção de competências parentais (Gaspar, 2005; Kumpfer, 1999).

Os resultados identificados na análise temática efetuada dos relatos/conclusões dos pais e dos técnicos são reveladores de um impacto ao nível de diversos domínios inerentes a fatores que se encontram correlacionados com a prevenção dos fenómenos dos maus tratos infantis, comportamentos antissociais e toxicodependências: auto-conhecimento, autoestima e bem-estar dos pais; clareza e assertividade na definição de regras e de limites em relação aos filhos; um aumento da afetividade; aumento da harmonia e bem-estar familiar; incremento na perceção e resposta às necessidades de desenvolvimento das crianças; e alargamento das redes pessoais sociais com consequente diminuição do isolamento familiar. Os fatores familiares assumem uma importância muito significativa no complexo dos fatores de risco associados aos problemas de comportamento de início precoce, que, por sua vez, se encontram entre as variáveis explicativas do comportamento antissocial, pelo que as intervenções centradas na família e nos pais constituem formas privilegiadas de prevenção do comportamento antissocial e de incremento do bem-estar emocional das crianças e de promoção dos seus processos de adaptação (Coutinho, Seabra-Santos & Gaspar, 2012; Cowan & Cowan, 2008; Gaspar, 2003; Kumpfer, 1999; Pereira, Goes, & Barros, 2015).

No que se refere ao alargamento da rede primária dos pais e diminuição do isolamento social, apesar de não terem sido previstos objetivos centrados neste tipo de mudanças, os resultados das análises temáticas dos relatos/conclusões dos pais e dos técnicos permitem verificar que ambos identificam mudanças neste domínio, resultado a que poderá não ser alheio o facto de que dois terços das famílias envolvidas no programa “Em Equilíbrio” serem monoparentais, assumindo particular relevância a necessidade de alargar a sua rede primária. De acordo com Vaz e Relvas (2002), em contexto de monoparentalidade, “a mulher detém na generalidade o poder paternal, casa com menos frequência depois de um divórcio, tem mais esperança de vida e, por isso, conhece mais cedo a solidão, sendo, normalmente, a mais visada neste processo (juntamente com os filhos...)” (p. 265).

A metodologia de seleção de participantes para o programa “Em Equilíbrio” revelou-se eficaz no envolvimento de famílias com fatores de risco relevantes e em

que a educação parental se revela indicada. Essa eficácia parece decorrer do facto de o processo de seleção assentar num envolvimento e investimento dos técnicos, numa motivação das famílias (que os pais percecionam de forma positiva) e numa validação da experiência dos pais, das suas competências e forças, o que é consonante com a visão de vários autores sobre os princípios que devem orientar a intervenção (Abreu-Lima et al., 2010; Doherty, 1995; Dunst & Trivette, 1994, citado em Kagan, 1995; Smith, 1996, citado em Gaspar, 2005).

A análise quantitativa efetuada permite constatar que os pais avaliam de forma muito positiva aspetos relativos ao funcionamento geral do programa, ao desempenho dos mediadores e dinamizadores e aos temas selecionados para as sessões. Verifica-se, também, uma avaliação, globalmente, muito positiva, no que se refere ao grau em que gostaram de participar no programa, indicadora de que a frequência do programa “Em Equilíbrio” constitui uma experiência gratificante para os pais. Häggman-Laitila e Pietilä (2009), na identificação de critérios pelos pais para a boa qualidade dos grupos de apoio para famílias com filhos, concluíram que, para estes, os programas devem ser informativos, permitir aos participantes contribuir para a discussão, encorajar a participação e incluir interação mútua e recíproca. A satisfação dos pais poderá ser, também, explicada pela forma colaborativa como se procedeu à definição dos temas das sessões. De acordo com Anderson e Goolishian (1998) “as pessoas vivem e compreendem o seu viver por meio de realidades narrativas construídas socialmente, que conferem sentido e organizam a sua experiência” (p. 36). Pais e técnicos foram explicitamente envolvidos na identificação de necessidades, no processo de avaliação e na permanente reconstrução e readaptação do programa às características e necessidades do grupo. Este envolvimento parte do princípio básico de que “todas as famílias têm competências, mas em certas situações, ou não as sabem utilizar atualmente, ou não sabem que as têm, ou estão impedidas de as utilizar, ou impedem-se elas próprias de as utilizar por diferentes razões” (Ausloos, 1996, p. 158).

Este conjunto de procedimentos está de acordo com os princípios orientadores da intervenção de educação parental identificados por Dunst e Trivette, (1994, citado em Kagan, 1995), em termos de envolvimento dos participantes e centralização nas suas forças. Remete, ainda, para uma adequada bidirecionalidade comunicacional (Kaiser et al., 1999) do contexto de intervenção criado, com uma partilha de propósitos e do foco de atenção entre pais e técnicos. Níveis elevados de envolvimento dos participantes, uma abordagem centrada nas forças e no empoderamento e uma componente de apoio social constituem fatores de maior eficácia na intervenção (Statham, 2004, p. 594).

Os resultados da análise efetuada apontam, ainda, para a existência de um impacto significativo do programa junto de grupos específicos, nomeadamente, as famílias monoparentais e as famílias imigrantes. Esse resultado está em linha

com as conclusões das investigações que identificaram pais nestas situações como possuindo um elevado grau de indicação para intervenção ao nível da educação parental (Abreu-Lima et al., 2010).

No que se refere aos aspetos a melhorar no programa, apesar de todos os grupos terem assumido um caráter voluntário, alguns técnicos que integram o grupo de trabalho restrito tendem a utilizar formas de “motivação” das famílias para a frequência do programa alicerçadas em posturas (implícitas ou explícitas) de coação. Alterar um programa voluntário para um programa obrigatório pode alterar a finalidade e natureza do apoio familiar e violar os seus princípios básicos (Kagan, 1995). De acordo com Holt (2010) é importante diferenciarmos pais que frequentam os programas de forma voluntária dos que o fazem sob coação, uma vez que o contexto de construção de significados para cada um deles será moldado pela sequência de acontecimentos que precedem e sucedem à frequência do programa.

Os princípios que orientam o programa vão ao encontro da recomendação de Abreu-Lima et al. (2010), segundo a qual, tendo presente que grande parte das famílias alvo de intervenção são multiassistidas,

deve promover-se a articulação da rede formal no sentido de articular a compreensão das dificuldades e forças das famílias e dos objetivos de mudança considerados como fundamentais à promoção e proteção das crianças, bem como validar as mudanças que as famílias vão gradualmente atingindo. (Abreu-Lima et al., 2011, p. 74)

Foi, ainda, frequente os técnicos responsáveis pela referenciação e convite das famílias não disporem, nos momentos de avaliação, de dados que permitissem transmitir a sua visão sobre o impacto do programa na vida das famílias. Isto significa que, na prática, o princípio anteriormente enunciado poderá não estar a ser eficazmente concretizado. A forma como os serviços de apoio à família, incluindo a resposta de educação parental, são disponibilizados, em particular, a natureza da relação entre famílias e técnicos, é um fator importante de encorajamento do seu uso; constituem fatores de maior eficácia a existência de níveis elevados de envolvimento dos participantes, de uma abordagem centrada nas forças e no empoderamento e de uma componente de apoio social (Statham, 2004, p. 594).

Uma dimensão relevante da salvaguarda do papel dos dinamizadores prende-se com a disponibilização de espaços de reflexão e supervisão, com vista a identificar fragilidades e potencialidades, validar práticas e potenciar a eficácia (Abreu-Lima et al., 2010). Esses espaços foram, essencialmente, assegurados pelas diferentes reuniões dos grupos de trabalho, numa lógica de reflexão, não tendo ocorrido nenhum tipo de supervisão.

CONCLUSÕES

Uma análise dos resultados permite concluir que o programa “Em Equilíbrio” se revela ajustado aos objetivos que presidiram à sua criação, na medida em que esses resultados indicam um aumento da percepção das necessidades dos filhos, um aumento do bem-estar individual e familiar, um aumento da qualidade da relação entre pais e filhos e uma potenciação das transformações familiares associadas a outros tipos complementares de intervenção. Os resultados também permitem vislumbrar um impacto percebido pelos participantes e pelos técnicos em domínios das relações familiares e da parentalidade que estão associados a fatores de risco e proteção correlacionados com fenómenos como os maus tratos infantis, desenvolvimento de comportamentos antissociais e as toxicodependências. Estes resultados assumem particular relevância se considerarmos que o programa teve sucesso no que se refere ao envolvimento de famílias em que existem indicadores de elevada prioridade para beneficiarem de intervenção ao nível da educação parental.

As principais limitações do programa situam-se a quatro níveis: baixa objetividade no processo de seleção das famílias, lacunas ao nível da supervisão, falta de centralidade interventiva do programa e modelo de avaliação insuficiente.

A opção metodológica de criar um programa universal e voluntário, em que a identificação da necessidade de intervenção na família parte de um técnico, (*DfES, Children's Services*, citado em Abreu-Lima et al., 2010) acarretou algumas limitações. Com esta metodologia, a referenciação das famílias depende, em larga medida, de uma apreciação subjetiva dos técnicos a respeito do nível de risco, do potencial de mudança, e da motivação de base das famílias. Será importante introduzir alterações metodológicas no processo que permitam melhorar a eficácia do processo de seleção das famílias, nomeadamente, com uma melhor caracterização do perfil de risco psicossocial das famílias, mediante a introdução de instrumentos para o efeito. Essas alterações permitirão enriquecer a intervenção, ajudando a decidir a quem a direcionar e sob que condições a desenvolver, na medida em que é importante considerar a forma como determinados fatores de risco podem incrementar ou comprometer a eficácia da intervenção (Shelleby & Shaw, 2014).

O programa tem vindo a ser implementado em contextos institucionais em que são desenvolvidos outros tipos de intervenção. Existe, assim, uma afetação parcial de tempo à implementação dos programas de educação parental, que assume, invariavelmente, a condição de intervenção complementar de outros tipos de trabalho mais centrais (trabalho clínico, gestão de processos de promoção e proteção). Este aspeto constitui um entrave importante ao tempo necessário para esses espaços de reflexão e supervisão.

Abreu-Lima et al. (2010) consideram essencial a promoção de uma cultura regular de avaliação, alicerçada em entrevistas (face à baixa escolaridade dos participantes)

efetuadas por profissionais (em detrimento dos dinamizadores), como forma de garantir a eficácia e ajustamento das intervenções às famílias. A introdução de medidas de pré-teste e pós-teste, com adoção de instrumentos formais (estandardizados e adaptados), será uma alternativa a equacionar, ainda que a escolha dos instrumentos a adotar deva ser criteriosa, face às dificuldades dos participantes, associadas aos baixos níveis de escolaridade.

REFERÊNCIAS

- Abreu-Lima, I., Alarcão, M., Almeida, A. T., Brandão, T., Cruz, O., Gaspar, M. F., & Santos, M. R. (2010). Avaliação de intervenções de educação parental: Relatório 2007-2010. Lisboa. Consultado a 26 fevereiro 2013 em http://www.cnpcjr.pt/preview_documentos.asp?r=3496&m=PDF
- Anderson, H., & Goolishian, H. A. (1998). O cliente é o especialista? A abordagem terapêutica do não-saber. In S. McNamee & K. J. Gergen (Orgs.), *A terapia como construção social* (pp. 34-50). Porto Alegre: Artes Médicas.
- Ausloos, G. (1996). *A competência das famílias: Tempo, caos, processo*. Lisboa: Climepsi.
- Coutinho, I., Seabra-Santos, M., & Gaspar, M. (2012). Educação parental com famílias maltratantes: Que potencialidades? *Análise Psicológica*, 30(4), 405-420.
- Cowan, P., & Cowan, C. P. (2008). Diverging family policies to promote children's well-being in the UK and US: Some relevant data from family research and intervention studies. *Journal of Children's Services*, 3(4), 4-16. doi: 10.1108/17466660200800022
- Doherty, W. J. (1995). Boundaries between parent and family education and family therapy: The levels of family involvement model. *Family Relations*, 44, 353-358.
- Durning, P. (1999). *Éducation familiale: Acteurs, processus et enjeux*. Paris: PUF.
- Gaspar, M. (2003). O trabalho com pais na prevenção do comportamento anti-social. In I. Alberto, A. C. Fonseca, C. P. Albuquerque, A. G. Ferreira, & J. Rebelo (Eds.), *Comportamento anti-social: Escola e família*. Coimbra: Centro de Psicopedagogia da Universidade de Coimbra.
- Gaspar, M. (2005). Educação familiar como intervenção sócio-educativa: Porquês, para quem, como e por quem? *Revista Portuguesa de Pedagogia*, 39(3), 61-98.
- Häggman-Laitila, A., & Pietilä, A. M. (2009). Preventive psychosocietal support groups: Parents' criteria for good quality. *Scandinavian Journal of Caring Sciences*, 23, 211-221. doi: 10.1111/j.1471-6712.2008.00607.x
- Holt, A. (2010). Managing 'spoiled identities': Parents' experiences of compulsory parenting support programmes. *Children & Society*, 24, 413-423. doi: 10.1111/j.1099-0860.2009.00255.x
- Kagan, S. (1995). *The changing face of parenting education*. Urbana, IL: ERIC Clearinghouse on Elementary and Early Childhood Education. (ERIC Document Reproduction Service No. ED382406). Consultado em <http://files.eric.ed.gov/fulltext/ED382406.pdf>
- Kaiser, A., Mahoney, G., Girolametto, L., McDonald, J., Robinson, C., Safford, P., & Spiker, D. (1999). Rejoinder: Toward a contemporary vision of parent educations. *Topics in Early Childhood Special Education*, 19(3), 173-176.
- Kumpfer, K. L. (1999). *Strengthening America's families: Exemplary parenting and family strategies for delinquency prevention*. Utah: U.S. Department of Justice. Consultado a 26 fevereiro 2013, em http://www.strengtheningfamilies.org/html/literature_review_1999.pdf

- Mahoney, G., Kaiser, A., Girolametto, L., MacDonald, J., Robinson, C., Safford, P., & Spiker, D. (1999). Parent education in early intervention: A call for renewed focus. *Topics in Early Childhood Special Education*, 19(3), 131-140. doi: 10.1177/027112149901900301
- Pehrson, K., & Robinson C. (1990). Parent education: Does it make a difference. *Child Study Journal*, 20(4), 221-236.
- Pereira, A. I., Goes, A. R., & Barros, L. (Coord.). (2015). *Promoção da parentalidade positiva: Intervenções psicológicas com pais de crianças e adolescentes*. Lisboa: Coisas de Ler.
- Portaria n.º 730/2004 de 24 de junho de 2004. *Diário da República n.º 14 – I Série B*. Lisboa: Ministério do Trabalho e da Segurança Social. Consultado em <http://dre.pt/pdf1sdip/2004/06/147B00/38693871.pdf>
- Sanders, M. R., & Pickering, J. (2015). O Triple P: Programa de Parentalidade Positiva e a prevenção e tratamento dos problemas de externalização na infância. In A. I. Pereira, A. R. Goes, & L. Barros (Coords.), *Promoção da parentalidade positiva: Intervenções psicológicas com pais de crianças e adolescentes* (pp. 265-299) Lisboa: Coisas de Ler.
- Shelleby, E. C., & Shaw, D. S. (2014). Outcomes of parenting interventions for child conduct problems: A review of differential effectiveness. *Child Psychiatry and Human Development*, 45(5), 628-645. doi:10.1007/s10578-013-0431-5
- Statham, S. (2004). Effective services to support children in special circumstances. *Child: Care, Health & Development*, 30(6), 589-598. doi: 10.1111/j.1365-2214.2004.00472.x
- Vaz, C. P., & Relvas, A. P. (2007). Monoparentalidade: Uma família à parte ou parte de uma família. In A. P. Relvas & M. Alarcão (Coord.), *Novas formas de família* (pp. 245-298). Coimbra: Quarteto.